

Como monopolista da sua moeda, o Estado necessita emitir despesas ou empréstimos à população para que eles posteriormente possam fazer frente às suas obrigações impositivas. Portanto, um Estado com autonomia para emitir a sua moeda não precisa arrecadar para gastar, e de facto, segundo as palavras de Mario, Rofman, & Medici (2018) seria impossível para um Estado nos seus inícios ter um superávit orçamental. Ou seja, angariar mais fundos dos que gastou ou emprestou. Daí que, numa economia com soberania monetária, vejamos os impostos como uma função incentivadora para o uso da moeda pelos seus usuários (entre outras funções bem explicadas em Kelton (2020) ou Mosler (2014) no caso de EUA) tal e como aconteceu quando colónias britânicas que introduziram as moedas da metrópole, mas não como condição para financiar as despesas (Graeber, 2012).

Se o Estado não precisa arrecadar impostos para as suas finanças, o lógico seria que também não precise de pedir dinheiro emprestado na sua moeda. Segundo a teoria neoclássica, a forma de financiamento mais conhecida pelos governos é através da emissão de títulos de dívida pública que tem como objetivo compensar essa diferença entre as receitas e as despesas, vendo o déficit como uma limitação orçamental que há que combater (Mosler, 1995). Porém, a interpretação que os cartelistas fizeram das finanças é diferente à dos neoclássicos, pois numa economia com soberania monetária os impostos e a emissão de títulos públicos não são condições *ad hoc* para poder executar as despesas públicas assim como o déficit ou a dívida que vão limitar ou condicionar esse gasto.

O quadro teórico das Finanças Funcionais de Lerner defende uma quantidade de decisões nas gestões orçamentais, quer através de instrumentos, tais como, despesas, impostos, empréstimos, reembolsos de empréstimos ou a emissão de novo dinheiro, a sua execução, segundo os resultados que possam fazer essas medidas na economia e não no seguimento de doutrinas tradicionais estabelecidas sobre o que é correto e incorreto. A referência por excelência destas doutrinas é o que Lerner entende como *Finanças Saudáveis*, inspiradas no “fetichismo” pelo orçamento equilibrado, impedindo ou limitando aos instrumentos orçamentais o poder de atuar livremente condicionados pelo medo à inflação de procura, ao déficit orçamental ou a dívida pública (Fiorito, 2012) (Lerner, 1943).

A década de 70 levou a uma quantidade de mudanças particulares em termos práticos que afetaram as doutrinas económicas que regiam o sistema mundo (Wallerstein, 2005). O fim do Bretton Woods contemporâneo a um estado inflacionário provocado pela Crise do Petróleo, foram sinais suficientes para dar por finalizado o modelo social-democrata ligado à doutrina Keynesiana do pleno emprego. Em paralelo, a doutrina neoliberal ganha relevância graças ao embrionário monetarismo de Friedman num processo de expansão empresarial transnacional com uma reivindicação do setor privado em detrimento do setor público. O controlo da inflação torna-se o objetivo principal da política monetária, através do qual se conseguiriam outros resultados na economia ficando o pleno emprego num segundo plano.

Através da garantia de emprego vindo de um Plano governamental permanente, com independência dos ciclos económicos (Plano de Trabalho Garantido ou PTG), o Estado seria o empregador de última instância, mas apenas sendo o encarregado direto de

financia-lo, transferindo a responsabilidade de organizar os projetos que forneçam os empregos às organizações sem ânimo de lucro mais perto do cidadão. Desta forma evitava os problemas de centralismo das competências graças à aplicação do princípio de subsidiariedade, o cidadão aspira a poder ser objeto da mudança graças ao seu conhecimento e às organizações como ONGs, Associações de Vizinhos ou Organizações Sindicais, sobre as necessidades do seu entorno. Além das necessidades gerais que pode ter um país, cada bairro particular pode ter as suas próprias carências e com um plano desta estrutura *bottom to up* os resultados podem ser muito positivos graças às ferramentas particulares de atuação para cada contexto.

A nossa proximidade à realidade do quadro teórico anterior vai ser graças ao estudo de campo de Argentina durante a primeira década do milênio. O país austral orientou um Plano de emprego garantido e fornecido entre 2003 e 2008 de forma parcial, o *Plan Jefes y Jefas de Hogares Desocupados* como medida de emergência a uma das maiores crises económicas, sociais e políticas que o país teve até à data. Em paralelo da análise dos surpreendentes resultados desta medida ligada à teoria de ELR, faremos um estudo particular sobre as necessidades reais de empregabilidade que teve o país durante essa década pela insuficiente cobertura do *PJyJdHD* como medida contra a crise e pelo desemprego estrutural que apresenta o país de forma atemporal.

Podemos analisar o *PJyJdHD* como um plano social específico na Argentina que teve um impacto muito mais abrangente que qualquer outro plano social anteriormente tanto pelo número de beneficiários cobertos, como pelo seu enfoque de empregabilidade bem distante do primeiro plano de emprego desenvolvido a finais dos anos 90. Em termos comparativos com outras políticas sociais, foi o de maior abrangimento para a população participe e permitiu ao país avançar rapidamente desde que foi implantado, criando certos efeitos positivos num momento bem específico de colapso económico, social e político.

Sem negar a capacidade de atingimento do projeto social, a metamorfose gradual que teve para um novo plano bifurcado segundo o género do beneficiário demonstra o contrário que num primeiro momento poderia parecer semelhante, quando em 2002 foi apresentado como um exemplo de política social vanguardista para Argentina. Apenas foi um plano conjuntural de garantia de emprego para uma quantidade ambiciosa de pessoas em termos relativos com os planos anteriores, mas insuficiente em termos absolutos tendo em conta os problemas estruturais do país.